

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	ix
PREFÁCIO	xi
INTRODUÇÃO	1

CAPÍTULO 1

O SISTEMA CONSTITUCIONAL ACUSATÓRIO E A INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR

1.1 Breves notas sobre os sistemas informadores do processo penal.....	11
1.2 O princípio acusatório e o reparto de papéis no processo penal: a investigação preliminar	18
1.3 A afirmação do modelo acusatório pela Constituição de 1988	21
1.4 Garantias constitucionais e investigação preliminar	27
1.4.1 O devido processo legal.....	30
1.4.2 O juiz natural.....	37
1.4.2.1 A imparcialidade do juiz	42
1.4.2.2 A impessoalidade do investigador	45
1.4.3 A presunção de inocência	47
1.4.4 O direito de defesa.....	53
1.4.5 O contraditório.....	59
1.4.6 A publicidade e a motivação das decisões	67

CAPÍTULO 2

A INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR NO DIREITO BRASILEIRO

2.1 Caracteres e funções da investigação preliminar	75
2.2 Natureza jurídica da investigação preliminar	80
2.3 Modalidades de investigação preliminar segundo o condutor.....	83
2.3.1 Investigação administrativa	86
2.3.1.1 Inquérito policial	86
2.3.1.2 Inquérito policial militar	92
2.3.1.3 Investigação administrativa em sentido estrito	94
2.3.1.4 Investigação ministerial.....	98
2.3.2 Investigação parlamentar	100
2.3.3 Investigação judicial	108
2.3.4 Investigação particular.....	115

2.4 Modalidades de investigação preliminar de foro especial segundo o investigado	118
2.4.1 Investigações <i>interna corporis</i>	121
2.4.1.1 Investigações envolvendo membros da Magistratura	123
2.4.1.2 Investigações envolvendo membros do Ministério Público	130
2.4.2 Investigações envolvendo agentes políticos	133
2.5 O sujeito passivo da investigação preliminar: a posição do investigado e o problema do indiciamento.....	139
2.6 Os atos praticados na investigação preliminar e seu valor probatório	152

CAPÍTULO 3

A INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR NOS DELITOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DE TRIBUNAIS

3.1 A prerrogativa de função como critério definidor de competência jurisdicional.....	168
3.2 A ausência de parâmetros procedimentais e de terminologia legal para a investigação: a uniformização necessária.....	179
3.3 Visão crítica da praxe judicial e propostas de diretrizes para a investigação preliminar.....	185
3.3.1 Instauração do procedimento investigatório e seu aforamento no tribunal	186
3.3.2 Aquisição ou perda superveniente da prerrogativa de foro: o art. 567 do CPP.....	200
3.3.3 A competência por conexão ou continência e a separação de autos na investigação	209
3.3.4 A condução da investigação e controle externo da atividade policial pelo Ministério Público.....	220
3.3.5 A definição do juiz de garantias na investigação preliminar	234
3.3.6 Separação entre juiz da investigação e juiz do processo.....	239
3.3.7 Publicidade ou sigilo na investigação preliminar.....	248
3.4 Encerramento da etapa investigativa.....	261
3.4.1 O arquivamento dos autos da investigação.....	262
3.4.2 O juízo de admissibilidade da peça inicial acusatória	270
CONCLUSÕES.....	279
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	285
LIVROS E PERIÓDICOS	285
DOCUMENTOS ELETRÔNICOS.....	302
DICIONÁRIOS	302